

Poder e relações de trabalho: um estudo com promotores de justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul¹

Mariana Machado Melo Rodrigues DA SILVA²
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Resumo

Este artigo apresenta projeto de pesquisa que visa propor a discussão de aspectos interdisciplinares relacionados ao tema poder e relações de trabalho em uma organização. Para realizar tal propósito, estabelecemos como objetivo geral do estudo analisar a ideologia presente nas relações de poder exercidas no trabalho de promotores de justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Sob o referencial da Teoria Crítica da Sociedade, a partir de seus principais teóricos – Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno –, serão colocados em exame aspectos ideológico-culturais constitutivos tanto da subjetividade dos indivíduos como das relações sociais por meio de suas instituições, que, nos termos desses autores, revelam, na contemporaneidade, uma sociedade uniformizada pela racionalidade tecnológica.

Palavras-chave: indivíduo; trabalho; poder; ideologia; cultura.

Introdução

O movimento dos acontecimentos ao longo do processo histórico, expresso em suas continuidades e rupturas, deixa no tempo presente marcas determinantes na forma de o indivíduo sentir a realidade, pensar a seu respeito e sobre ela agir. As condições objetivas, traçadas pelo caminho histórico e expressas, também, pela cultura de um povo, servem como substrato para que o indivíduo perceba, produza e reproduza formas de organização. Por isso as instituições, criadas para atender as necessidades de relação entre indivíduos em um grupo social, revelam tal cultura, sintetizando produções das esferas social e individual, expressas não só pelo caráter das estruturas de poder, mas, também, como são dadas as relações de trabalho em uma organização.

Ao verificar certos aspectos nas relações de trabalho que se referem a comportamentos humanos, tais como: ignorância, exploração, rudeza, indiferença, falta de apoio e ordens

¹ Trabalho apresentado no DT8 - GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, especialista em Comunicação Empresarial e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na linha Psicologia Social, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: marianamelo.lpa@gmail.com

arbitrárias, a pesquisadora³ voltou a atenção para estudar a importância de como são constituídos tais comportamentos, que se tornavam mais evidentes quando se tratava da relação patrão-empregado; isto é, quem tem o poder de decidir (autoridade) e quem tem de cumprir decisões (trabalhador). E, na maior parte das circunstâncias, foram observadas atitudes pautadas no interesse de obtenção de lucros e na falta de compreensão sobre o que é e para que fim serve o trabalho, no sentido de reconhecer no outro as necessidades mesmas para todos os indivíduos e com a desconfiança de que o trabalho deve servir ao homem, e não seguir o movimento contrário.

A partir desta verificação foi necessário analisar as observações, primeiramente sob a ótica da teoria da comunicação – já que o jornalismo é a formação primeira da pesquisadora –, na procura por entender, principalmente, como se dão as relações, por meio da comunicação, entre indivíduos que ocupam cargos de poder e trabalhadores. E, estudando a teoria da comunicação com base em Wolf (1999), DeFleur e Ball-Rokeach (1993) e Mattelart e Mattelart (1999), constatei grande influência da psicologia em seu fundamento, o que me levou a perceber o caráter interdisciplinar da questão. Isto é, as teorias da comunicação não existem *per se*. Para entendê-la – e, assim, poder esclarecer e explicar o porquê de um ser humano, como indivíduo social, ignorar as condições de vida e de trabalho de outro ser humano – revelou-se necessário ampliar a discussão do binômio comunicação-trabalho para o binômio indivíduo-sociedade, em razão desta característica da pesquisa em comunicação destacada por DeFleur e Ball-Rokeach ao propor que: “A pesquisa acerca dos processos e efeitos da comunicação de massa tem de ser norteadada por um conjunto de pressupostos básicos acerca da natureza da sociedade, do indivíduo humano e do relacionamento entre ambos” (1993, p. 45).

Apesar de a teoria da comunicação se constituir por pesquisas em diversas áreas das ciências sociais, o aspecto propulsor de seu debate foi a comunicação de massa – em razão da demanda gerada por questões objetivas como as grandes guerras mundiais e a emergência de novas tecnologias –, “cujo esquema de análise funcional desloca a pesquisa para medidas quantitativas, mais aptas a responder à exigência da mídia” (Mattelart; Mattelart, 1999, p. 29), a exemplo da teoria do “fluxo em dois tempos” (1944), de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, que estudavam o impacto nos eleitores da campanha eleitoral presidencial por intermédio dos líderes de opinião e da teoria da “bala mágica” (1948) de Lasswell – baseadas

³ Como assessora de comunicação, trabalhou junto à presidência e à diretoria de grandes organizações nacionais e transnacionais.

na psicologia das massas de Le Bon e na reflexologia psicológico-comportamental de Watson. Tais teorias estavam orientadas a responder à questão *quem diz o quê por que canal e com qual efeito*, tratando de questões técnico-quantitativas relacionadas à comunicação como instrumento de comercialização de informações.

Na história da teoria na comunicação, a Teoria Crítica da Sociedade destaca-se pela crítica aos valores técnico-quantitativos da comunicação de massa. É descoberto o caráter manipulador das chamadas “novas ferramentas da democracia moderna” (Mattelart; Mattelart, 1999, p. 73), e o conceito “Indústria Cultural”, cunhado por Adorno e Horkheimer em *Dialética do esclarecimento* (1985), torna-se referência para o debate a respeito do lugar da comunicação na sociedade contemporânea e de aspectos relacionados à violência simbólica como meios de poder e de dominação. Porém, sob essa ótica, tal teoria ainda não respondia à questão principal deste estudo, pois, para analisar a ideologia presente nas relações de poder de promotores de justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, consideramos necessário entender como se formam as estruturas psicológicas dos indivíduos, buscando compreender a manipulação ideológica, e saber como intervir e transformar as relações sociopolíticas e econômicas entre os homens para uma condição justa e igualitária.

Por esses motivos, procurei aprofundar o conhecimento do que, em uma consideração ampla, a psicologia denomina de espaço subjetivo, isto é, o espaço por onde o ser humano tem condições de se definir e criar sentido para a sua vida a partir dos significados dados pela sociedade, buscando tratar de aspectos qualitativos da questão. E, ao estudar a história da psicologia no livro de Schultz e Schultz (2012), observei mais particularmente a convergência dos interesses das áreas de psicologia e de comunicação, entendendo melhor o caráter interdisciplinar dessas áreas de conhecimento. Faria (2007)⁴, ao focar de modo privilegiado a interdisciplinaridade para se entender as questões relativas a poder, observa a importância em

[...] alcançar a compreensão da sociedade, da cultura, da ideologia, do imaginário, do simbólico, das relações sociais e de produção das condições materiais de existência, desvendando o mundo do poder e as formas de controle social em suas formas objetivas e subjetivas (p. 93).

⁴ Líder do Grupo Economia Política e Poder em Estudos Organizacionais (EPPEO), do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundado em 1978 para investigar os processos de controle psicossocial inscritos nas relações de poder com base na Teoria Crítica da Sociedade.

Sob esse viés, viabilizamos uma discussão mais aprofundada no que diz respeito tanto à formação do indivíduo quanto à formação da sociedade para entender melhor a questão de poder no binômio comunicação-trabalho na sociedade contemporânea (informacional), propondo um debate mais claro e mais explícito a respeito de suas determinações sociais e históricas. Tais aspectos denotam o caráter econômico e político da informação, da comunicação e da cultura, como tratado por Rebechi (2015) ao trazer questionamentos que conduzem a problemáticas focadas na compreensão de múltiplos sentidos atribuídos à comunicação na sociedade:

Parte-se do entendimento, neste caso, de que pensar nas formas de comunicação no mundo do trabalho exige um esforço de reflexão sobre as atividades de comunicação e de trabalho, e a inter-relação entre elas, de modo a privilegiar a relação do homem com a sociedade. Isso significa, dentre outras coisas, trazer a lume as contradições e os conflitos gerados do encontro da comunicação com o trabalho (2015, p. 94).

No debate proposto por esta pesquisa, a relação do binômio comunicação-trabalho ganha contornos mais amplos que possibilitam analisar sua estrutura, pois acreditamos que o indivíduo e a sociedade são “inter-mediados”, constituem-se por sua relação ao longo do processo histórico. Consideramos esse movimento gestor, origem, das formas de comunicação como ferramentas necessárias à concretização das relações de trabalho, que propiciam a sobrevivência dos indivíduos em sociedade.

Assim, para concretizar esta investigação, cheguei ao grupo de pesquisa “Formação do Indivíduo e Trabalho”, vinculado ao Mestrado de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, onde foi possível um novo encontro com a Teoria Crítica da Sociedade, referencial que vem nortear esta dissertação sob a ótica da psicologia social, a qual, no nosso entendimento, viabiliza uma reflexão mais abrangente que o recorte feito dessa teoria pela história da comunicação.

A concepção de formação do indivíduo na Teoria Crítica da Sociedade

As origens da Teoria Crítica da Sociedade⁵ remetem às circunstâncias históricas do início do século XX, calcadas em grandes revoluções sociais, que se espelharam na Revolução Russa de outubro de 1917. Em 1924, por iniciativa de Felix Weil, foi fundado o Instituto para a Pesquisa Social, que tinha como objetivo estudar esse movimento dos trabalhadores iniciado por Marx e Engels, os quais abordavam as questões filosófico-

⁵ Também conhecida como Escola de Frankfurt.

econômicas sob o prisma das condições objetivas da classe operária. Mas foi somente na ascensão de Horkheimer à sua direção, em 1931 (quando o instituto se associou à Universidade de Frankfurt), que se passou a adotar um viés crítico, analisando a sociedade com base na realidade político-econômica que se apresentava no mundo: regimes totalitários que se utilizavam da força para impor um sistema no qual somente uma elite dominante era privilegiada, incluindo o regime socialista em suas análises.

Os estudiosos dessa escola, considerando os pensadores mais expressivos Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno, produziam reflexões a partir dos grandes pensadores à época. Analisavam não somente Marx e Engels, mas também Hegel, Kant, Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger, Fichte, Freud, entre outros, procurando por meio do pensamento crítico-dialético extrair uma síntese que pudesse explicar a realidade em que viviam. A partir de então, a escola ganhou expressão como Teoria Crítica da Sociedade e também passou a ser chamada Escola de Frankfurt, cujo projeto maior consistia em, nas palavras de Olgária Matos (1993, p. 31-32):

[...] destacar os aspectos noturnos do Iluminismo. Este, em sua forma canônica, kantiana – em particular no opúsculo “O que é o Iluminismo” –, é a “razão das luzes”. Os frankfurtianos se perguntam por que as promessas iluministas não foram cumpridas, por que o mundo da boa vontade e da paz perpétua não se concretizou [...] o progresso se paga com coisas negativas e aterradoras, entre elas o desaparecimento do sujeito autônomo em um totalitarismo uniformizante.

Ao elaborarem os estudos, os frankfurtianos procuraram mostrar a importância e a contradição de aspectos subjetivos dos indivíduos como constituintes da ordem social e, também, por ela constituídos, aspectos esses dominados pela racionalidade tecnológica, instrumento das instâncias político-econômicas. Em *Dialética do esclarecimento* (1985), Adorno e Horkheimer revelam, por meio da reflexão a respeito do que é o conceito de esclarecimento (iluminismo), a dimensão da constituição da subjetividade, apresentando um indivíduo que

[...] se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevaram o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam a quantidade de bens a ela destinados (p. 14).

Tal contradição revela-se como base para o entendimento do domínio da racionalidade tecnológica no exercício do poder, que se torna uma ferramenta a serviço do sistema capitalista. Procuramos um entendimento do poder e das relações dadas por ele mediante a Teoria Crítica da Sociedade, na visão de que a superestrutura é determinada por

aspectos estruturais (modo de produção), como nos termos propostos pelo materialismo histórico. Em outras palavras, trata-se o aspecto econômico como pressuposto da organização político-social, que afeta diretamente a constituição das subjetividades, isto é, a formação da estrutura psicológica dos indivíduos.

Há aspectos da Teoria Crítica da Sociedade que são intrínsecos ao âmbito das análises sob a ótica da psicologia social, como, por exemplo, a definição de indivíduo e a descrição dos processos de individuação, conceito frankfurtiano para formação das subjetividades. Adorno, ao estudar o indivíduo como ser socialmente mediado, explica que:

A vida humana é, essencialmente e não por mera casualidade, convivência. Com esta afirmação, põe-se em dúvida o conceito do indivíduo como unidade social fundamental. Se o homem, na própria base de sua existência, é para os outros, que são seus semelhantes, e se unicamente por eles é o que é, então sua definição última não é a de uma indivisibilidade e unicidade primárias, mas, outrossim, a de uma participação e comunicação necessárias com os outros. Mesmo antes de ser indivíduo o homem é um dos semelhantes, relaciona-se com os outros antes de se referir explicitamente ao eu; é um momento das relações em que vive, antes de poder chegar, finalmente, à autodeterminação (1973, p. 47).

Dessa forma, o estudo dos processos psicossociais do trabalho, linha que viabilizou este estudo, pode contribuir para os debates na área da comunicação, principalmente no que diz respeito à economia política. Dessa reflexão, podemos compreender que a formação do indivíduo é um sistema vivo, que se realiza a cada momento e que, para desenvolver a potencialidade do sujeito, é necessário observarmos e trabalharmos a fim de dar condições sociais para que o indivíduo – o ser humano – elabore a vida (cultura), isto é, a percepção do mundo concreto e, também, de todas as mais finas relações que a sociedade estabelece. Porque o sujeito percebe não só coisas ou pessoas isoladamente, mas relações entre pessoas e a relação que as pessoas fazem entre todos os objetos da percepção humana, os quais, traduzindo, podemos dizer que são o valor que a sociedade exalta como sentido para a existência. Ora, se valorizamos objetos e a necessidade de adquiri-los, sobrepondo essa necessidade à necessidade de observarmos como se dão as relações humanas na nossa sociedade e como os demais cidadãos, além de nós mesmos, podem ter uma vida digna, como criticar, como transformar?

A transformação do indivíduo, por meio do processo de individuação, que tomamos como percepção elaborada do objeto e equilíbrio na relação sujeito-objeto, leva à formação desse indivíduo, que pode chegar a ser o verdadeiro sujeito da vida, e não um ser (a)sujeitado. Nessa visão, a formação de um indivíduo, voltada a que este seja sujeito e produtor de sua vida, deve se dar por sua própria elaboração e não por imposição dada por uma classe social,

pois a consciência de si como parte do todo deve ser constituída pela relação indivíduo-sociedade, pressupondo um sistema aberto e verdadeiramente democrático.

Poder: aspectos contraditórios

A discussão a respeito do que é poder e suas implicações na esfera sociopolítico-econômica não é nova. Nos primórdios da constituição da sociedade ocidental, em um exemplo mais notório, Platão em sua obra *A república* (380-370 a.C.) já procurava mostrar a influência do poder na organização da sociedade, propondo uma nova forma de constituí-la. Na visão de Faria (2004), poder é um dos temas mais polêmicos e antigos das ciências humanas, encontrado nos primeiros escritos filosóficos:

[...] a gênese do conceito de poder está vinculada mais propriamente à filosofia e à ciência política, mas seu uso disseminou-se por todas as áreas das humanidades e dos estudos sociais, da psicologia à sociologia, da economia à antropologia, passando pela história, direito e pedagogia, linguística, cada qual com bases conceituais e objetivos de análise diferenciados (p. 104).

Podemos observar, no curso da história do pensamento, a necessidade de se constituir um Estado justo e igualitário no que diz respeito às estruturas de produção e de relações político-hierárquicas, assim como feito por Thomas Morus, em *Utopia* (1516), ao projetar uma sociedade ideal. Maquiavel, ao escrever a obra *O príncipe* (1513-1516)⁶, analisou o Estado e as formas em que o poder (à época monárquico) era constituído, com uma discussão baseada no existente, no real, não mais no utópico. E destaca a importância de que, para modificar a forma como é operacionalizado o poder e organizada a sociedade, há de se começar pelo que se dá objetivamente, no que está dado. Assim, como esse autor escreve em um trecho do capítulo XV:

Mas, como minha intenção é escrever algo útil para quem estiver interessado, pareceu-me mais apropriado abordar a verdade efetiva das coisas – *verità effettuale dela cosa* –, e não imaginá-las. Muitos já conceberam repúblicas e monarquias jamais vistas, e de cuja existência real nunca se soube. De fato, o modo como vivemos é tão diferente daquele como deveríamos viver – *come si vive a como si doverrebbe vivere* – que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar, e não a de defender-se (1998, p. 98; grifos do autor).

O autor de *O príncipe* construiu uma teoria política a partir de sua experiência concreta na administração pública aliada ao estudo da história, revelando novos paradigmas para a atividade política. O livro não trata profundamente dos diversos aspectos do poder, mas traça um panorama geral de como o renascimento revela o papel do indivíduo ao destacar

⁶ Período de produção da obra, que só foi publicada postumamente, em 1538.

o valor de sua ação em contraste com a era medieval, em que o imobilismo se sobrepunha. Maquiavel interpreta o espírito de uma época em que o homem, como indivíduo, torna-se herói de seu destino e constitui um modelo de personalidade que detém o poder de transformar toda uma ordem.

Verificamos que são poucas as pesquisas realizadas a respeito do tema poder no que diz respeito às relações de trabalho, no entanto, além dos estudos desenvolvidos pelo grupo Economia Política e Poder (EPPEO)⁷, que também compartilha a visão da Teoria Crítica da Sociedade, encontramos a tese de mestrado *Discurso, ideologia e relações de poder no cotidiano de uma instituição financeira*, de Silva (2011), que analisa a dinâmica das relações de poder que permeiam as práticas cotidianas, tais como percebidas por profissionais de agências bancárias de uma instituição financeira na Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG. De acordo com suas conclusões, os trabalhadores veem-se forçados a maximizar sua força de trabalho, submetendo-se ao poder disciplinar que é imposto pelo banco para atingir seu objetivo: ter lucro.

Silva (2011) utiliza-se da base conceitual de poder como desenvolvido por Pagés et al. (1987), mas discute também as obras de Foucault (1999, 2008a), para analisar práticas discursivas; Max Weber (1974), para tratar do aspecto da imposição de vontades por meio do poder dentro de uma relação social, observando conceitos de domínio, obediência e disciplina; e, ainda, Bourdieu (2001), sugerindo que um grupo dominante constitui sua unidade utilizando um poder simbólico para santificar e consagrar seus lugares.

O sentido de nossa posição teórica é oposto ao do pensamento foucaultiano em que o poder está presente em todas as relações sociais e as micro determinações são o sistema explicativo da lógica social. Na visão de Foucault, observada em obras como *Microfísica do poder* (2008a), *Vigiar e punir* (1999) e *Segurança, território, população* (2008b), o poder não está localizado exclusivamente nos aparelhos ideológicos do Estado⁸, com relação aos quais, em suas palavras, "nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados". No entendimento deste pensador o poder "é uma característica fundamental e inelutável de todas as relações" (2008b, p. 4).

⁷ Já citado anteriormente.

⁸ Como proposto nos termos de Althusser, amplamente conhecido como um teórico das ideologias, e seu ensaio mais conhecido é *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1985).

Assim, desenvolveu a expressão *biopoder* a fim de analisar tais questões, e apresenta como objeto de estudo não categorias superiores e abstratas, tais como questões a respeito do que é o poder no nível superestrutural e ideológico, que o origina, e tantos outros elementos de discussão teórica, voltando-se para elementos mais periféricos do sistema total, isto é, passou a interessar-se pelos locais onde a lei se expressa (instituições, tais como: hospitais psiquiátricos, forças policiais, etc.), que são os locais preferidos do pensador para a compreensão do que seriam as forças individuais reais em ação.

Tais aspectos não serão abordados nesta pesquisa, pois compreendemos que poder e relações de poder são fundamentados nas relações de produção, que determinam, por meio da cultura e da ideologia (como superestrutura), a constituição do sentido subjetivo para o indivíduo. Essa visão considera discurso como abstração das condições objetivas e, neste sentido, síntese individual da estrutura social. Então, para transformar a realidade discursiva, considera-se anterior a necessidade de transformação do modo de produção. Por isso iniciamos pelo sentido inverso primeiramente, analisando o impacto da economia política na formação dos aspectos subjetivos.

A ideologia da racionalidade tecnológica e o poder nas (e das) organizações

O propósito de uma organização, seja ela lucrativa ou não, de trazer bem-estar a seus trabalhadores e à sociedade não serve mais como máscara, pois a corrida pelo interesse econômico e pelo monopólio político-ideológico se intensifica e já se revela claramente nas ações de seus dirigentes. “Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa ao público” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100). A relação público-organização encontra-se, na contemporaneidade, mediada por instrumentos de comunicação (técnica), que propagam o consumo de uma cultura homogeneizada e educa os cidadãos em prol dos interesses (de lucro) da classe dominante.

Nesse sentido, Marcuse (1967) apresenta-nos uma visão de sociedade do pós-guerra em que o capitalismo se expandia acompanhado da evolução das tecnologias de produção, possibilitando o acesso ao consumo para um número maior de pessoas e, assim, uma menor discrepância social. Em razão desse processo de transformação das relações político-econômicas, não se observava mais uma nítida diferença entre o capitalista e o proletário, pois, nesse contexto, ambos se tornam consumidores:

Contudo, o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal modo que elas não mais parecem ser agentes de transformação

histórica. Um interesse predominante na preservação e no melhoramento do *status quo* institucional une os antigos antagonistas nos setores mais avançados da sociedade contemporânea. E a própria ideia de transformação qualitativa recua diante das noções realistas de uma evolução não explosiva proporcionalmente ao grau em que o progresso técnico garante o crescimento e a coesão da sociedade comunista. Na falta de agentes e veículos de transformação social, a crítica é, assim, levada a recuar para um alto nível de abstração. Não há campo algum no qual teoria e prática, pensamento e ação se harmonizem. Até mesmo a análise mais empírica das alternativas históricas parece especulação irreal, e a adesão a ela uma questão de preferência pessoal (ou grupal) (MARCUSE, 1967, p. 16).

As grandes organizações modernas, que atendem o ideal econômico da classe dominante, a burguesia, tornaram-se – pela propagação de signos que justificam o seu sentido e pela tecnologia – as próprias representantes da ideologia dessa classe. “A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100). Nesse contexto, o processo constitutivo da cultura, espelho das relações sociais, passa a ser mediado pela tecnologia, uniformizando o pensamento do indivíduo que, ao invés de construir o signo por meio de seu movimento de reação à natureza, tornando-se sujeito ativo na construção social, passa a reproduzir formas de socialização, conformando-se à realidade dada e a estruturas reificadas.

Para Pagés et al. (1987), a organização é um sistema de controle sistematizado baseado em uma lógica econômica, que exerce uma política de autonomia controlada em face das decisões e é lugar de produção e reprodução ideológica e de dominação psicológica. São estas as mesmas dimensões de análise - econômica, política, ideológica e psicológica - utilizadas por Faria (2003, 2004), que discute ser necessário revelar os sistemas de controle, como mencionado, e ressalta a necessidade de se estudar mais as implicações dos níveis ideológico e psicossocial, aspectos que vamos destacar neste trabalho.

Neste sentido, entender o que tem representado a estrutura de poder dominante – ainda baseada no lucro e na exploração do homem, mas revestida de regras e técnicas e de uma promessa de bem-estar social pelo progresso da ciência e pelo impacto desta na condição de formação do trabalhador – faz-se essencial para se esclarecer a constituição do indivíduo na sociedade atual. Tal estrutura de poder, que, no capitalismo industrial, apresentou-se por meio do enfrentamento pela força, revela-se, agora, no capitalismo tardio⁹, presente como ideologia, em razão de seu caráter manipulador de signos. Tal fato atua diretamente na formação de sentido para o indivíduo, como já apontado por Max Pagés et al. (1987) ao

⁹ Categoria discutida por Adorno no 16º Congresso dos Sociólogos Alemães e utilizada pelos frankfurtianos para explicar a fase capitalista do pós-guerra.

explicarem que o processo de abstração do indivíduo na organização serve para que esta reconstrua a sua identidade, com o objetivo de realinhar o pensamento do trabalhador à realidade da organização:

O que explica que este processo de abstração deve ser acompanhado de uma recodificação dentro do quadro da empresa para que os indivíduos possam reconstruir uma identidade que lhes é negada; de onde a instauração de sistemas de valorização do indivíduo que funcionam como sistemas de compensação, dispositivos fictícios mas de modo algum falsos, e sua eficácia reside em seu caráter simbólico, função indispensável a este novo tipo de estrutura. Isto coloca a questão da eficácia dos dispositivos simbólicos, portanto da instância ideológica, no funcionamento do poder (p. 71).

Na sociedade contemporânea, a esfera política tende a ser manipulada por aspectos ideológicos da classe dominante, que visa preservar uma ordem econômica¹⁰ e, deve ser considerado, por determinar os rumos do pensamento do indivíduo. Este é o objeto de estudo de Adorno, Frankel-Brunswik, Levinson e Stanford em *The authoritarian personality* (1950), que destaca dois tipos de personalidade autoritária: o manipulador e o assassino de gabinete. Ambas são reveladas por estruturas psíquicas formadas mediante uma cultura instituída pela imposição de aspectos ideológicos e que desenvolvem uma consciência extrojetada¹¹ de indivíduos que não se identificam com seus semelhantes, em razão da necessidade objetiva de seguir hierarquias de poder e de atender comandos de controle para sobreviver.

A obra de Adorno e colaboradores teve como editor Horkheimer, que também a prefaciou¹²:

Como pode acontecer de, em uma cultura de leis, ordem e razão, ter sobrevivido remanências do irracional e antigo ódio racial e religioso? Como pode ser explicada a vontade das grandes massas em tolerar o extermínio de seus concidadãos? Quais são os tecidos de nossa sociedade que ainda permanecem cancerosos e, apesar de nosso assumido esclarecimento, revelam um ativismo incongruente de povos antigos? E o quê, dentro de cada organismo individual, responde a certo estímulo de nossa cultura com atitude e atos de agressão destrutiva? (p. v).

Essa discussão é retomada por Crochík (2011) quando reflete acerca do fato de o homem ter se tornado capaz de uma percepção, um pensamento e uma sensibilidade independentes de objetos, considerando as condições objetivas que o constituem, que são baseadas em um sistema em que a forma tem se sobreposto ao conteúdo. A formalização das regras, o “primado da regra” como necessário à legitimação do sistema produtivo, expresso por leis, regras e normas, “subsumem a si toda particularidade dos objetos, procurando amoldá-los; não considera a sociedade como sua determinante, em vez disso,

¹⁰ Como fundamentado por Marx e Engels em *A ideologia alemã* (2008).

¹¹ Originalmente extrojeção, conceito psicológico utilizado para explicar uma consciência formada a partir de modelos externos ao indivíduo e a-criticamente.

¹² Tradução da pesquisadora.

idealisticamente, põe-se no lugar daquela como princípio necessário à convivência social” (p. 15).

Assim, a realidade social, permeada de ideologia, como tratado por Marx e Engels na obra *A ideologia alemã* (2008), tem sido reproduzida na cultura organizacional e provoca relações de trabalho direcionadas para o imediatismo e a concorrência. A predominância da técnica, efeito de uma política de controle, e a divisão do trabalho, baseada na produção de escala, culminaram por condicionar as relações humanas pela lógica do consumo e na formação de um eu enfraquecido.

Considerações finais acerca do projeto de pesquisa

Portanto, pelo panorama apresentado, estabelecemos como objetivo geral analisar como os promotores de justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul são afetados pela ideologia presente no significado de poder dado pela sociedade contemporânea. Traçamos como objetivos específicos analisar o sentido dado ao poder nas relações de trabalho pelos sujeitos da pesquisa e identificar como promotores de justiça exercem o poder a eles delegado pelo princípio da independência funcional (autonomia).

É importante observar que o Ministério Público no Brasil pressupõe autonomia funcional, isto é, não deve obediência aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, principalmente em razão do momento histórico em que lhe foi conferida a missão de garantir o processo de redemocratização do país, com a Constituição federal de 1988. Assim, realizamos o recorte por onde vamos dar forma à pesquisa sob o título “Poder e relações de trabalho: um estudo com promotores de justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul”.

As entrevistas serão realizadas com três membros do MPE-MS que atuam no segundo grau de jurisdição (Tribunal de Justiça), denominados procuradores de justiça, e três promotores de justiça que tenham ingressado no MPE-MS há, no máximo, dois anos. Elegemos tal critério por ser este o tempo de duração do estágio probatório, período em que o trabalho está sendo avaliado e, caso ocorra qualquer atividade irregular por parte do promotor, este pode ser exonerado. Após esse período, o cargo tem investidura permanente.

Ao entrevistar os procuradores, serão investigados os aspectos já instituídos pela organização, haja vista o fato de que, a estes, é conferido o poder de ordenar, coordenar, corrigir e controlar as atividades, em razão da posição hierarquicamente superior. Os dados obtidos nessas entrevistas serão confrontados com os dados obtidos nas entrevistas com os

promotores para que possamos identificar como se dá a reprodução das ordens nas relações hierárquicas entre membros¹³ do MPE-MS. Como esclarecido por Aymoré:

A manifestação prática mais expressiva do princípio constitucional da eficiência está na competência que detém o agente superior de fiscalizar e rever os atos praticados por seus subordinados, até porque, no momento de transformação dinâmica que ocorre no serviço público em geral (normas ISO, por exemplo), os resultados [...] serão cobrados da equipe na figura de seu gestor. A partir deste, em ordem decrescente, no já citado escalonamento vertical, deverá ocorrer a frequente cobrança de melhores resultados, tendo por fim o atingimento das metas de excelência na prestação do serviço público (2012, p. 1).

As informações colhidas serão sistematizadas, analisadas e confrontadas para que seja elaborada uma discussão dos resultados sob a ótica da Teoria Crítica da Sociedade. De acordo com a visão frankfurtiana, será realizada uma análise qualitativa de base comparativa dos discursos, de modo a revelar as contradições entre sujeito e organização, entre sujeitos de diferentes hierarquias e nos discursos dos próprios sujeitos.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Temas básicos da sociologia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. **Introdução à sociologia**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Ed. da Unesp, 2008.

_____. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Cap. 2, p. 270-285, 1975. O texto baseia-se em conferências radiofônicas proferidas em 1962, na Alemanha, e traduzidas por Amélia Cohn.

_____. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: ADORNO, Theodor W. **Sociologia**. Org. de Gabriel Cohn. Tradução Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Sobre o sujeito e o objeto. In: ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais**. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 (tradução autorizada da edição alemã publicada em 1969; original publicado em 1947).

ADORNO, Theodor et al. **The authoritarian personality**. Nova York: Harper and Row, 1950.

¹³ Por ser uma carreira em que o ingresso reside em concurso de provas e títulos, e por ser uma instituição de função jurisdicional, os promotores integrantes do quadro organizacional são chamados de “membros”. O termo refere-se também às partes de uma entidade autônoma, que funciona como um “corpo”, remetendo à corporação.

AYMOREÉ, Geraldo. **Aplicação do poder hierárquico na Administração Pública**. 2012. Disponível em: <<http://www.editorajc.com.br/2012/08/aplicacao-do-poder-hierarquico-na-administracao-publica>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CROCHÍK, José Leon. **Teoria Crítica da Sociedade e psicologia: alguns ensaios**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; Brasília, DF: CNPq, 2011.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução da 5ª edição norte-americana de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA, José Henrique de. Economia política do poder: os fundamentos da Teoria Crítica nos estudos organizacionais. **Cadernos da Escola de Negócios da Unibrasil**, p. 13-46, jul.-dez. 2003.

_____. **Pensamento crítico e teoria das organizações**. Curitiba: UFPR, 2004.

_____. Economia política do poder e subjetividade. In: JUNQUILHO, Gelson Silva; BIANCO, Mônica de Fátima; BEHR, Ricardo Roberto; PETINELLI-SOUZA, Susane (Org.). **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. 1. ed. Vitória: Edufes, 2007. V. II, p. 92-113.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008(a).

_____. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008(b).

KRAPIVINE, V. **Que é o materialismo dialético?** Tradução de G. Mélnikov. Moscou: Edições Progresso, 1986 (Coleção ABC dos conhecimentos sociais e políticos).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Pietro Nasseti. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 1998.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 (traduzido da segunda impressão publicada em 1966 por Bacon Press, Boston, E.U.A. Originalmente publicado em 1964).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. **História das teorias da comunicação**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MATOS, Olgária. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Manual do promotor de justiça**. 2010. Disponível em: <www.mazzilli.com.br>. Acesso em: 27 set. 2014.

PAGÉS, Max et al. **O poder das organizações**. Tradução de Maria Cecília Pereira Tavares e Sonia Simas Favatti. Revisão técnica de Pedro Aníbal Drado. São Paulo: Atlas, 1987.

REBECHI, Claudia Nociolini. A comunicação na gestão do trabalho do homem por si próprio e por outros. In: Dossiê Trabalho Comunicacional. **Revista Eptic**, v. 17, n. 1, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/338>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

SCHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sidney Ellen. **História da psicologia moderna**. Tradução da 9ª ed. norte-americana de Suely Sonoe Murai Cuccio e Maria de Moura Zanella. São Paulo: Cenage Learning, 2012.

SILVA, Carla Jaqueline Campos. **Discurso, ideologia e relações de poder no cotidiano de uma instituição financeira**. Belo Horizonte: Faculdade Novos Horizontes, 2011.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Editado por Hans Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1999.